



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

Processo de Concurso

Concurso Público com Publicidade Internacional
CP-CCP-ABS n.º 12/2019

PARA:

**“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA
INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA
FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - FAIXAS
DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE
SECUNDÁRIA) DA REDE VIÁRIA DO
CONCELHO DE CANTANHEDE”**

Handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'C' and 'P' followed by a vertical line.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE CONTRATANTE E CONSULTA DO PROCESSO
3. ÓRGÃO DELIBERATIVO
4. ESCLARECIMENTOS
5. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS
6. REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES
7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA
9. PROPOSTAS VARIANTES
10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS
11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
12. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
13. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
14. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
15. AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. LEILÃO ELETRÓNICO
17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
18. CAUÇÃO
19. DEFINIÇÃO DE PREÇO ANORMALMENTE BAIXO
20. DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1. O presente Concurso Público com Publicidade Internacional, efetuado de acordo com a alínea a), do número 1, do artigo 20.º, cujo trâmite seguirá nos termos do artigo 130.º, 131.º e seguintes, do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações da Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro, vulgo novo Código dos Contratos Públicos, como abaixo se designa, tem como objeto a contratação de uma **prestação de serviços para instalação de Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Faixas de Gestão de Combustível (rede secundária) da Rede Viária do Concelho de Cantanhede.**

2. ENTIDADE CONTRATANTE E CONSULTA DO PROCESSO

2.1. A entidade pública contratante é o Município de Cantanhede; Praça Marquês de Marialva; Apartado 154; 3064-909 Cantanhede - Tel.: 231 419 008 / Fax: 231 419 009 e com o e-mail: cfacanha@cm-cantanhede.pt.

2.2. Os documentos que constituem o Processo de Concurso - Programa de Procedimento e Caderno de Encargos - encontram-se patentes na Divisão Financeira e de Aprovisionamento, sita no Edifício dos Estaleiros Municipais, localizado na Rua de Santo António, 3060-156 Cantanhede, onde poderão ser consultados todos os dias úteis, das nove às dezassete horas, desde do dia da publicação do anúncio, nos termos do disposto no número 1, do artigo 130.º, do novo Código dos Contratos Públicos, até ao termo do prazo para a apresentação de propostas, bem como na plataforma eletrónica do Município de Cantanhede sita em www.saphety.com/saphetygov.

As peças de concurso estarão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante sita no site acima inscrito.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

3. ÓRGÃO DELIBERATIVO

3.1. O presente Concurso Público com Publicidade Internacional será efetuado com base no artigo 130.º, 131.º e seguintes, do novo Código dos Contratos Públicos, por deliberação camarária tomada em Reunião de Câmara, onde os presentes documentos deverão ser aprovados para efeitos de publicação no *Diário da República* e no *Jornal Oficial da União Europeia*.

4. ESCLARECIMENTOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento sobre quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas em concurso devem ser apresentadas, na referida plataforma eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do número 1, do artigo 50.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

4.2. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri do procedimento, conforme deliberação da entidade adjudicante, também por meio eletrónico, até ao final do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

4.3. Os esclarecimentos e as retificações devem ser juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo que todas as entidades que as tenham solicitado serão de imediato notificadas desse facto.

4.4. Em toda a tramitação, referente a esclarecimentos, seguir-se-á o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

5. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS

5.1. Os pedidos aceitação dos erros e omissões do Caderno de Encargos do presente procedimento devem ser apresentados, na referida plataforma eletrónica, também dentro do



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do número 1, do artigo 50.º, do novo Código dos Contratos Públicos, à entidade pública contratante referida no número **2.1.** do presente Programa de Procedimento.

5.2. Os esclarecimentos serão prestados pela mesma entidade, também por meio eletrónico, que deve pronunciar-se sobre as listas de erros e omissões identificadas, até segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitadas todas as que não sejam expressamente aceites.

5.3. As listas de erros e omissões aceites devem ser juntas às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo que todas as entidades que as tenham solicitado serão de imediato notificadas desse facto.

6. REQUISITOS NECESSÁRIOS À ADMISSÃO DOS CONCORRENTES

6.1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

7. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

7.1. A proposta de preço, que deverá tomar a forma de valor unitário, por **hectare (ha)** a intervir, e de valor global calculado para as quantidades a concurso, considerando a totalidade dos serviços a prestar e todos os encargos inerentes aos mesmos, conforme expresso no ponto **1.**, da parte I, do Caderno de Encargos, que constitui a proposta de preços e deverá ser elaborada em conformidade com o modelo seguinte:

PROPOSTA DE PREÇOS

F.....(indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede),
com o NIPC, depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso para a





MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

"**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE REDES DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS - FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL (REDE SECUNDÁRIA) DA REDE VIÁRIA DO CONCELHO DE CANTANHEDE**", a que se refere o anúncio datado de/..../2019, bem como de todas as condições estabelecidas no respetivo Processo de Concurso (Programa de Procedimento e Caderno de Encargos), obriga-se executar a referida prestação de serviços, pelo valor unitário por hectare (ha), de Euros (por extenso e por algarismos), que não inclui o IVA, a que corresponde ao valor global de Euros (por extenso e por algarismos) e que também ele não inclui o IVA, para o **total dos 231,50 hectares a concurso a executar nos termos previstos, nos anos de 2019, de 2020 e de 2021.**

Sobre os valores acima descritos acrescerá o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor de%.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data.....

Assinatura.....

-----X-----

7.2. O valor global da proposta, será expresso em euros e não incluirá o IVA, devendo todavia referir-se a taxa legal aplicável.

8. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser instruída pelos seguintes documentos, sendo que entre parêntesis se identifica a forma de solicitação dos mesmos na plataforma eletrónica:

- Documento Europeu Único de Contratação Pública, aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e em vigor desde 16 de abril de 2016, nos termos do exposto na Circular Informativa n.º 01/IMPIC/2016, de 29/06/2016 (DEUCP);

- Proposta de preços elaborada de acordo com o modelo evidenciado no ponto 7., do Programa de Procedimento, do presente Processo de Concurso (Proposta de preços).



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

8.2. Dado que o presente procedimento é um Concurso Público com Publicidade Internacional, que excede os limiares comunitários fixados na Diretiva 2014/24/EU, haverá necessidade de preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e em vigor desde 16 de abril de 2016, nos termos do exposto na Circular Informativa n.º 01/IMPIC/2016, de 29/06/2016, o qual passará a ser o documento a apresentar na proposta, como se mencionou no ponto **8.1.**, e que substitui a declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I, do novo Código dos Contratos Públicos (Declaração Anexo I), que seria apresentada na proposta, bem como a declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II, do novo Código dos Contratos Públicos (Declaração Anexo II) que seria posteriormente apresentada pelo adjudicatário do procedimento.

Assim, será remetido o competente ficheiro XML, "DEUCP CPI12_2019.xml", com o DEUCP pré-preenchido pela entidade adjudicante, sendo que, para completar o seu preenchimento para posterior envio na proposta, devem as entidades concorrentes aceder ao link do site indicado, <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, escolher a opção "Sou um operador económico" e posteriormente "Importar um DEUCP", sendo que para tal devem posteriormente selecionar o ficheiro XML anexo que deve ser previamente guardado no computador.

8.3. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de o não serem pela sua própria natureza ou origem, serão acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

8.4. A entidade adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.

8.5. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos suprarreferidos.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

8.6. Podem apresentar-se a concurso agrupamentos de empresas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as empresas do agrupamento satisfaçam as disposições legais relativas ao exercício da atividade e declarem a intenção de se associarem, antes da celebração do Contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do Contrato.

8.7. Os documentos que acompanham a proposta devem ser assinados, pelas entidades que os emitem, nos termos dos números 4 e 5, do artigo 57.º, do novo Código dos Contratos Públicos, com recurso a assinatura digital qualificada, conforme disposto no artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

9. PROPOSTAS VARIANTES

9.1. Não são admissíveis propostas variantes, por parte dos concorrentes, sob pena de exclusão destas, nos termos do artigo 59.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

10. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DEMAIS DOCUMENTOS

10.1. A proposta, bem como os documentos solicitados no ponto **8.1.**, do presente Programa de Procedimento, serão apresentados diretamente na plataforma eletrónica do Município de Cantanhede sita em www.saphety.com/saphetygov.

11. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. Salvo nas situações referidas nos números 6 e 7, do artigo 133.º, do novo Código dos Contratos Públicos, em que este prazo pode ser prorrogado, as propostas para o presente procedimento deverão ser entregues na plataforma eletrónica supramencionada **até às 17h00m do dia 18 de agosto de 2019.**



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

12. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

12.1. No 1º dia útil imediato à data limite para apresentação das propostas, ou seja, no dia **19 de agosto de 2019**, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.

12.2. Aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

13. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

13.1. Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas, por um prazo de 150 dias, de acordo com o previsto no artigo 65.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

14. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

14.1. As propostas admitidas serão analisadas por um Júri, designado por deliberação da entidade para o efeito, que elaborará relatório fundamentado sobre o mérito das mesmas, ordenando-as para efeitos de adjudicação, de acordo com os critérios fixados.

14.2. O Júri apreciará as propostas admitidas a concurso, podendo, para o efeito, solicitar, por escrito, esclarecimentos complementares que tiver por convenientes sobre aspetos das propostas, obrigando-se os concorrentes a fornecê-los no prazo previamente fixado.

14.3. A adjudicação será efetuada tendo em conta o critério da "proposta economicamente mais vantajosa na modalidade da **avaliação do preço ou custo** enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar", conforme estabelece a alínea b), do número 1, do artigo 74.º, do novo Código dos Contratos Públicos, dado o cumprimento do disposto no número 3, do mesmo artigo pois as peças do procedimento definem todos os restantes elementos da execução do contrato a celebrar.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

14.4. Para o efeito proceder-se-á à ordenação das propostas admitidas, à análise do procedimento, sendo que à proposta que apresenta o mais baixo preço ou custo global corresponde o número de ordem 1, ao segundo mais baixo preço ou custo global o número de ordem 2, e assim sucessivamente de forma crescente para o preço ou custo global e para o número de ordem.

14.5. No caso de existência de empate entre os concorrentes, no preço ou custo global apresentado, a ordenação terá em conta o resultado de sorteio, a ser efetuado em data, hora e local que será previamente comunicado aos concorrentes na sequência de aviso a ser publicado na plataforma eletrónica onde decorre o procedimento.

15. AUDIÊNCIA PRÉVIA

15.1. Antes de ser proferida decisão sobre a adjudicação, o Júri procederá à audiência escrita dos concorrentes, nos termos do artigo 147.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

15.2. Na sequência da audiência prévia, o Júri pondera as observações apresentadas pelos concorrentes e submete, à entidade competente para autorizar a adjudicação, um relatório final fundamentado.

16. LEILÃO ELETRÓNICO

16.1. As propostas apresentadas não serão objeto de Leilão Eletrónico.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Ao **adjudicatário** será concedido o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a apresentação dos seguintes documentos de habilitação, sendo que entre parêntesis se identifica a forma de solicitação dos mesmos na plataforma eletrónica:



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

- Certidão de não dívida à Segurança Social, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril (Certidão não dívida à Segurança Social);

- Certidão de não dívida às Finanças, ou prestação de consentimento para efeitos de consulta da situação contributiva na Internet, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril (Certidão não dívida às Finanças);

- Certidão de registo criminal, da empresa e de cada um dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa, em conformidade com o estabelecido nas alíneas b) e h), do artigo 55.º, do novo Código dos Contratos Públicos (Registos criminais);

- Certidão da Conservatória do Registo Comercial comprovativa de que a empresa está registada e quem tem poderes para obrigar ou código de acesso à certidão permanente (Certidão Registo Comercial);

- Fotocópia do(s) cartão(ões) de cidadão ou do(s) bilhete(s) de identidade e do(s) cartão(ões) de contribuinte do(s) representante(s) do adjudicatário que virá(ão) assinar o Contrato ou declaração onde se identifiquem os seguintes dados do mesmo: nome completo, número de identificação civil e validade do documento de identificação e NIF (Documentos para assinatura contrato).

18. CAUÇÃO

18.1. Aquando da comunicação da adjudicação será solicitada a prestação de caução, cujo valor da mesma será de **5%**, do preço contratual e deverá ser prestada no prazo de 10 dias a contar da referida notificação, caso a apresentação da mesma não seja considerada como não exigida nos termos do número 2, do artigo 88.º, do novo Código dos Contratos Públicos.

18.2. A caução mencionada no ponto anterior poderá ser prestada ou por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou ainda por seguro - caução, conforme escolha do adjudicatário, nos termos do artigo 90.º, do novo Código dos Contratos Públicos.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE

CÂMARA MUNICIPAL

19. DEFINIÇÃO DE PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

19.1. Nos termos do disposto no número 2, do artigo 71.º, do novo Código dos Contratos Públicos, será considerada no presente procedimento a fixação de um preço anormalmente baixo para que se possa ter a garantia de adequadas condições do procedimento a adjudicar, bem como se indica que, para definição do mesmo, se tiveram em conta os desvios obtidos, em procedimentos de natureza similar que foram anteriormente adjudicados pelo Município.

19.2. Considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 25% ou mais inferior à média das propostas, admitidas à análise do procedimento, retirando a proposta de mais alto e de mais baixo preço global, nos termos do número 1, do artigo 71.º, do novo Código dos Contratos Públicos, salvo se no procedimento forem consideradas uma das situações expressas nos dois números seguintes caso em que se procederá como indicado.

19.3. No caso de admissão de duas ou três propostas à análise do procedimento, o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 25% ou mais inferior à média das duas ou três propostas que foram admitidas à análise.

19.4. Se for admitida à análise do procedimento uma única proposta, o preço total resultante da mesma é anormalmente baixo quando seja 50% ou mais inferior àquele fixado no ponto **1.8.**, da parte I, do Caderno de Encargos.

19.5. Constatada a existência de uma proposta com um preço anormalmente baixo, ao concorrente será solicitado por escrito para a justificação inerente à apresentação da sua proposta, nos termos do artigo supra mencionado.



MUNICÍPIO DE CANTANHEDE


CÂMARA MUNICIPAL

20. DIREITO DE NÃO ADJUDICAÇÃO

20.1. De acordo com o disposto no artigo 79.º, do novo Código dos Contratos Públicos, a entidade pública contratante reserva-se o direito de não adjudicar o presente procedimento a concurso a qualquer dos concorrentes.

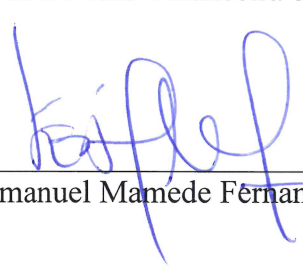
20.2. A decisão de não adjudicação e respetivos fundamentos serão notificados aos concorrentes.

Paços do Município de Cantanhede, 15 de julho de 2019
O Técnico Responsável do Gabinete de Recursos Naturais,



Hugo Miguel Barros de Oliveira, Eng.º

O Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento,



Sérgio Emanuel Mamede Fernandes